

Comunicado da Associação Internacional de Críticos de Arte – Portugal sobre a alteração à Lei 31/2009.



**Por um caminho onde todos perdemos**

Amanhã, quarta-feira, será discutida e votada na Assembleia da República a petição "Em Defesa do exercício da profissão de Engenheiro" e três projectos de lei, um da autoria de deputados do PSD, e dois da autoria do deputado do PAN com vista à alteração da lei 31/2009, de 3 de Julho. Em causa está "a qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição dos projectos" que procura atribuir a um grupo

de engenheiros o exercício da arquitectura.

É uma ideia que implica a intervenção no território, nos espaços onde vivemos e influi, na mesma dimensão, no individual e no colectivo. Influi na iniciativa pública e privada. A sua estranheza parece pertencer a um passado que autorizou esta actividade num contexto temporal específico que demorou décadas a superar. O que está em discussão implica um recuo com consequências previsíveis – um caminho onde todos perdem.

Foi preciso esperar até 2009 para que a Lei 31/2009 delimitasse a prática da arquitectura aos arquitectos. Para trás, e desde 1973, ficaram décadas onde a construção foi permitida a agentes técnicos de arquitectura e engenharia e a engenheiros civis. Os resultados concretos desta decisão política não se caracterizaram, genericamente, pela qualidade ou por transformar positivamente o meio em que vivemos. A urgência de um momento histórico obrigou a prescindir do conhecimento. Os resultados foram desastrosos, principalmente fora das grandes cidades. Hoje não existem razões na sociedade portuguesa para que este episódio se replique.

Este não é um problema exclusivo dos arquitectos. É um problema da sociedade, um problema de todos nós, em, pelo menos, duas dimensões. A primeira prende-se com a confiança nos órgãos que legislam. A segunda prende-se com um legado sócio-cultural às gerações futuras. Voltemos à primeira. Espera-se um acerto permanente e não uma hesitação constante. O acerto deve garantir mecanismos que permitam que o conhecimento aplicado, arquitectura incluída, transforme o território e as cidades através do trabalho de pessoas formadas em instituições universitárias igualmente habilitadas e dedicadas a pensar e ensinar métodos e práticas.

Será um erro circunscrever esta questão a um problema corporativo, que também é, e que a Ordem dos Arquitectos deve tomar hoje como a sua missão nas ambiguidades que ainda persistem. É um erro uma sociedade colocar a prática da arquitectura num patamar de fricção diária que se verifica nos países em vias de desenvolvimento, onde apenas uma ínfima fracção dos arquitectos possui autonomia em relação aos engenheiros. Onde apenas uma ínfima parte do construído afirma os valores do individual e do colectivo.

A segunda dimensão é igualmente política. Trata-se do legado sócio-cultural que uma decisão destas acarreta. A simples possibilidade deste assunto estar a ser discutido implica ignorância na sua dimensão mais devastadora porque afecta em simultâneo o passado, o presente e o futuro. Afecta o perfil de uma sociedade que não deve desistir de vincular o conhecimento que produz para o bem comum.

Parece ser unânime que uma das formas de gerar qualidade é a capacidade de produzir arquitectura para que esta depois possa ser repetida em condições distintas. Daí a importância dos prémios e da valorização da arquitectura erudita. Estes implicam outras obras que delas derivaram e que irão gerar aquilo a que chamamos qualidade média. Abrir o caminho do projecto a engenheiros implica um corte num processo que é ainda recente e que não teve tempo de se consolidar. O inverso aliás seria igualmente nefasto. Arquitectos a calcularem estruturas ou quaisquer infraestruturas colocaria o mesmo problema. Mas por uma questão de formação académica (para onde contribuem conhecimentos de áreas distintas e uma preparação para a sobreposição) essa possibilidade nunca se colocaria. A especificidade da engenharia é integrada e honrada pela arquitectura. A arquitectura, quando acontece, faz a síntese incluindo elementos que nenhuma ciência exacta poderá alguma vez fixar ou circunscrever. É essa a sua contribuição e por isso não partilhável com outras profissões.

Ricardo Carvalho

Vice-Presidente da AICA-Portugal